AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. I nº 19 25 de novembro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Milho e Rações: considerações sobre a produção e estabilização de preços (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Café: tentos imediatos vs. estratégia de comercialização de longo prazo (pág. 16)

Carne Bovina: o custo implícito das importações (pág. 17)

Fertilizantes: quem pagará o ônus da auto-suficiência ? (pág. 19)

Soja: demanda mundial sustenta as cotações (pág. 20)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Milho e Rações: Indicadores de rentabilidade da avicultura e suinocultura no Brasil e nos EUA (pág. 23)

Agroanalysis	Rio de Janeiro	v.1	n.19	p.1-29	nov. 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

A agricultura brasileira, muito embora representando apenas 11% da produção interna do país, ainda hoje absorve 39% da população economicamente ativa e responde por cerca de 67% das receitas de exportação do Brasil (incluindo os produtos industrializados de base agrícola). Pois, malgrado a estreiteza de sua participação direta no produto nacional e, apesar de sua importância no contexto do emprego de mão-de-obra e das exportações, é sobre o setor agrícola que também recai boa parte dos apertos resultantes dos remédios de estabilização monetária. Desde que o controle da inflação passou a constituir destacado objetivo da política econômica brasileira, os produtos agrícolas - mais particularmente aqueles de expressiva participação nos orçamentos familiares - tiveram sua formação de preços vigiada de perto pelo comando maior das autoridades governamentais.

Não se discutirão, aqui, entretanto, os méritos da política de controle de preços. Na verdade, a meta da contenção inflacionária certamente coincide com os anseios da maior parte dos segmentos sociais do país, não merecendo, portanto, maiores discussões sobre sua justeza. O que se pode questionar, evidentemente, são os meios pelos quais envereda a política econômica na busca daquela meta de estabilização. A história recente da economia brasileira demonstra que, quanto mais acelerada a inflação, tanto mais temerosos se tornam nossos produtores agrícolas diante do espectro dos controles de preços. Analogamente, a inflação alarga a distância que separa a política agrícola - teoricamente alinhada com os interesses dos agricultores - da política econômico-financeira de curto prazo - teoricamente defensora dos interesses dos consumidores.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(19): 2-15 , nov. 1977

Assim, por exemplo, com o recrudescimento do processo inflacionário a partir de 1974, diversos produtos agrícolas, - em particular, carne, ovos, leite etc - continuaram sob diferentes formas de controle de preços, cujos instrumentos tem alcançado êxito duvidoso em sua intenção de salvaguardar os interesses dos consumidores. Isto, porque os pecuaristas passaram a se descapitalizar e, atualmente, o abastecimento de carnes está severamente comprometido. A produção de ovos estagnou e a qualidade do leite fluido oferecido à população é sabidamente precária.

Mais recentemente, as metas impostas ao Orçamento Monetário resultaram na restrição de algumas linhas de crédito para a agricultura o que, a médio prazo, poderá comprometer parcialmente a produtividade agrícola e limitar a oferta de vários produtos agropecuários.

Procuraremos nesta análise, destacar apenas os casos do milho e das rações no Brasil, relacionando-os com os objetivos de curto prazo da política econômica e discutindo, por fim, as possibilidades de se assegurar uma renda estável e remuneradora aos produtores de milho e rações, sem que estes produtos comprometam o combate à inflação.

O Brasil é, atualmente, o terceiro maior produtor de milho do mundo, ultrapassado apenas pelos Estados Unidos - maior produtor, com uma previsão de safra para 77/78 de cerca de 160 milhões de t - e pela China, que produz pouco mais de 30 milhões de t. A produção brasileira da safra colhida este ano ainda está sujeita a confirmações oficiais. Dependendo das fontes previsoras, a quantidade produzida situa-se entre 17 e 19,2 milhões de t.

A Tabela 19.A ilustra o desempenho da produção de milho dos grandes produtores mundiais, no período 1961/1975. Ao observador atento, certamente chamará mais a atenção a comparação

TABELA 19.A

MILHO: PRODUÇÃO (1.000 t), ÁREA COLHIDA (1.000 ha) E PRODUTIVIDADE (t/ha)

Comparações Internacionais

ANO	PAÍSES																	
	ESTADOS UNIDOS			CHINA			BRASIL			URSS			ÁFRICA DO SUL			ARGENTINA		
	Produção	Área	Produtividade	Produção[1]	Área[1]	Produtividade	Produção	Área	Produtividade	Produção	Área	Produtividade	Produção	Área	Produtividade	Produção	Área	Produtividade
1961-65 (*)	95.561	22.933	4,17	22.756	9.178	2,48	10.112	7.814	1,29	13.122	5.887	2,23	5.229	4.186	1,25	4.984	2.836	1,76
1966	105.861	23.068	4,59	25.552	9.722	2,63	11.371	8.703	1,31	8.416	3.229	2,61	5.056	4.400[1]	1,15	7.040	3.275	2,15
1967	123.458	24.562	5,03	26.064	9.724	2,68	12.824	9.274	1,38	9.163	3.485	2,63	9.762	5.310[1]	1,84	8.510	3.451	2,47
1968	113.023	22.654	4,99	26.051	9.721	2,68	12.814	9.584	1,34	8.828	3.350	2,63	5.316	5.480[1]	0,97	6.560	3.378	1,94
1969	119.056	22.085	5,39	27.245	10.119	2,69	12.693	9.654	1,31	11.954	4.167	2,87	5.339	5.450[1]	0,98	6.860	3.556	1,93
1970	105.463	23.212	5,54	20.057	10.523	1,91	14.216	9.854	1,44	9.428	3.353	2,81	6.133	5.200[1]	1,18	9.360	4.017	2,33
1971	143.290	25.912	5,53	30.053	10.619	2,83	14.307	10.709	1,34	8.597	3.332	2,58	8.600	5.550[1]	1,55	9.930	4.066	2,44
1972	141.568	23.237	6,09	28.571	10.526	2,71	14.891	10.539	1,41	9.830	4.012	2,45	9.630	5.650[1]	1,70	5.860	3.147	1,86
1973	143.435	25.047	5,73	30.384	10.631	2,86	14.109	9.908	1,02	13.216	4.031	3,28	4.160	3.611	1,15	9.700	3.662	2,65
1974	118.461	26.449	4,48	31.107	10.839	2,87	17.284	11.002	1,57	12.104	3.955	3,06	11.105	4.463[2]	2,49	9.900	3.486	2,84
1975	146.487	27.075	5,41	33.120	11.040	3,00	16.491	10.506	1,57	7.314	2.652	2,76	9.516	4.448	2,14	7.700	3.070	2,51

1/ Estimativa FAO

2/ Dado não oficial

(*) Média anual do período

Nota - Países selecionados com base na produção de 1974

Fonte: PRODUCTION YEARBOOK - FAO

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

dos indicadores de produtividade. Embora situando-se entre os maiores produtores, o Brasil apresenta resultados medíocres em termos do rendimento obtido pela lavoura do milho no país. Por outro lado, os EUA exibem invejável performance na cultura do cereal: em 1975, cada hectare plantado com milho naquele país produzia, em média, 5,11 t do produto. No mesmo ano, cada hectare plantado com milho no Brasil não produzia mais de 1,57 t. A China, com uma área de plantio praticamente igual à do Brasil, produz duas vezes mais milho do que nosso país. Mesmo a África do Sul, cujos níveis de rendimento na década passada eram inexpressivos, atualmente vem apresentando sensível elevação nos ganhos de produtividade, como atesta a Tabela 19.A.

Apesar de ser a lavoura que ocupa a maior área de plantio do país, absorvendo cerca de 8% da mão-de-obra do setor agrícola, a cultura do milho no Brasil apresenta um desempenho inferior ao que seria esperado, dado o grau de desenvolvimento global do país, merecendo, portanto, uma investigação mais profunda dos problemas que envolvem a produção nacional.

A lavoura de milho no Brasil estende-se por quase todos os estados, destacando-se entre os mais importantes Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que, juntos, respondem por cerca de 76% da produção nacional. São Paulo e Santa Catarina apresentam níveis de produtividade média considerados satisfatórios, acima de 2 t/ha. Os demais estados do Centro-Sul alcançam rendimentos em torno da média nacional. A região Nordeste, entretanto, revela a face mais pobre do desempenho da cultura do milho no país: em termos médios, o rendimento por hectare naquela região situa-se em 0,73 t/ha.

Os estados do Centro-Sul têm mostrado apenas modestos avanços na produção de milho nos últimos anos. Um fator relevante na explicação do fenômeno é a expansão da lavoura da soja naqueles estados desde o início da década, em detrimento do milho, que é

concorrente daquela leguminosa em termos de área de plantio. Preocupado com os problemas do balanço de pagamentos, e vislumbrando na soja as potencialidades para o incremento de nossas exportações, o governo federal estabeleceu políticas generosas de estímulo à produção nacional da leguminosa, tornando a rentabilidade da lavoura bastante atrativa para os agricultores, comparativamente às demais opções de plantio.

Embora não se possa afirmar que tenha ocorrido um incentivo sistemático à produção de soja, em detrimento de outros produtos agrícolas, com base na política de preços mínimos, não se pode deixar de reconhecer, entretanto, que nos anos de 1972, 1973, 1975 e 1976, a fixação dos níveis de preços mínimos tendeu a favorecer o plantio da soja relativamente ao de milho, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Se tomarmos como base a situação em 1970, é fácil concluir que a relação de preços mínimos soja/milho foi um elemento de estímulo à expansão da lavoura da leguminosa em comparação à do milho, nos anos mencionados acima. Como revela a Tabela 19.B, em 1972, por exemplo, o preço mínimo relativo soja/milho aumentou em 31%, no caso do Rio Grande do Sul, e em 33% no caso do Paraná, em comparação com a situação observada em 1970. E isto, precisamente numa época em que a soja já contava com o forte estímulo dos preços internacionais, em alta vertiginosa.

TABELA 19.B

EVOLUÇÃO DO PREÇO MÍNIMO RELATIVO SOJA/MILHO NO RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ 1/

1970/1977

Índice: 1970=100

ESTADO \ ANOS	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
RIO GRANDE DO SUL	1,44	1,59	1,88	1,72	1,23	1,70	1,56	1,48
Índice	100	110	131	119	85	118	108	103
PARANÁ	1,40	1,58	1,86	1,78	1,23	1,68	1,60	1,54
Índice	100	113	133	127	88	120	114	110

1/ Utilizou-se a unidade comum de 60 kg para todos os produtos

Fonte: COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

No caso particular do Paraná, maior estado produtor de milho do país, a substituição do cereal pela soja, além dos incentivos da conjuntura altista dos preços da leguminosa e dos estímulos concedidos pelo governo, decorreu também da erradicação dos cafezais anti-econômicos, uma vez que o milho era cultivado intercaladamente com o café naquela região.

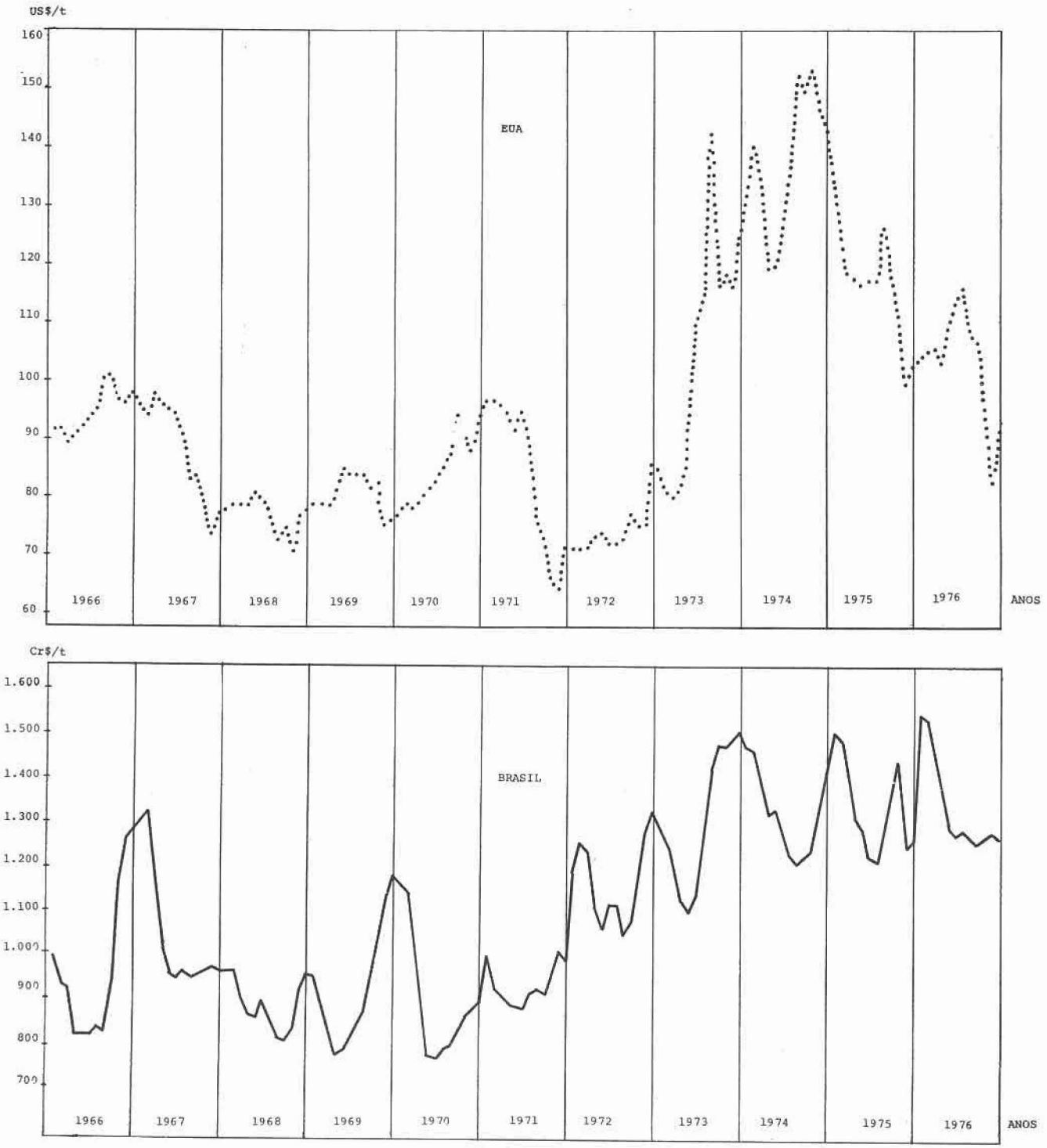
A baixa produtividade da lavoura do milho no Brasil pode ser parcialmente explicada pelo fato do cultivo ser efetuado em pequenas propriedades, que produzem apenas para garantir seu auto-sustento, como ocorre basicamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nessas regiões, a tecnologia de produção é rudimentar, com baixa utilização de insumos modernos e variedades híbridas, comparativamente à da Região Sul. Nesta, onde se verifica uma maior participação de médias e grandes propriedades organizadas em bases comerciais, a tecnologia de produção mais desenvolvida permite alcançar níveis de produtividade bem mais elevados que nas demais regiões. Fator relevante na explicação dos baixos níveis de rendimento por hectare observados na lavoura de milho no Brasil é a utilização insuficiente de sementes melhoradas. Em média, a utilização destas sementes não chega a representar a metade do volume total utilizado no plantio.

Consideremos, agora, uma breve discussão sobre o comportamento dos preços do milho nos mercados interno e externo, uma vez que o preço do produto, comparado aos preços de outros concorrentes em área de cultivo, supostamente é uma variável de forte poder explicativo das variações da oferta.

Como indica o Gráfico 19.A, (parte inferior) observa-se que o comportamento dos preços internos do milho (convertidos em cruzeiros de março de 1977) oscilou amplamente em torno de Cr$ 975/t durante o período 1966/1970. A partir de meados de 1970, entretanto, é possível identificar uma tendência de preços crescen-

GRÁFICO 19.A

PREÇOS REAIS 1/ RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO NOS EUA E NO BRASIL 2/ 1966-76



1/ Base: mar/77, deflacionados segundo dados do Financial Statistics e pelo I.G.P. col. 2 de Conjuntura Econômica

2/ Relativos aos estados de GO, MG, SP, PR, SC e RS (exceto em 1967)

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA CFP E COMMODITY YEARBOOK 77

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

tes no mercado interno, culminando em fins de 1973, quando a tonelada do produto, a nível de produtor, alcançou Cr$ 1.495 em termos reais. No período subsequente, os preços internos oscilaram em torno de Cr$ 1.365/t e, a partir do início de 1976, declinaram fortemente, com as expectativas de grande colheita naquele ano. Como se pode observar, as fortes oscilações de preços registradas num mesmo ano resultaram dos períodos de safra e entressafra, respectivamente no primeiro e no segundo semestres de cada ano. A valorização real observada na trajetória dos preços, no período 1970/1973, pode ser justificada pelo impacto do aumento da demanda interna, motivado pelo incremento da produção nacional de rações, que duplicou no período 1971/1974 (elevando-se de 2,7 para 5,2 milhões de t) e pelo desenvolvimento da avicultura e suinocultura (entre 1970 e 1973, por exemplo, a produção brasileira de frangos de corte cresceu em 58%).A maior produção de carnes de aves e de suínos, por seu turno, encontrou motivação na escalada dos preços da carne bovina naquele período.

O comportamento dos preços internacionais revela uma alta surpreendente no período 1972/1974 quando, em termos reais, as cotações do milho valorizaram-se em 130% para, a partir de então, retornarem aos níveis de períodos anteriores. A elevação dos preços internacionais a partir de 1972 acompanhou o declínio dos estoques norte-americanos de milho desde o final da década passada,quando o nível do "carry-over" situava-se em 30 milhões de t. Em 1975,as reservas de milho nos EUA haviam declinado para 9 milhões de t, em consequência de uma expansão na demanda mundial, que não era compensada por incrementos da produção nos principais países produtores.Uma importante causa do aumento da demanda mundial por milho no início da década foi o crescimento dos rebanhos bovinos na Europa Ocidental e nos EUA, estimulando o mercado de rações. No período 1970/74, o rebanho bovino da Europa Ocidental cresceu 13%, depois de uma relativa estagnação no final da década passada, enquanto o rebanho norte americano, no mesmo período, cresceu 14%.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(19): 2-15 , nov. 1977

Retornando à situação dos preços no mercado interno, já foi destacado o pronunciado declínio dos preços ao produtor de milho, em termos reais, a partir de 1976. A tendência baixista prolongou-se até o primeiro semestre deste ano, em consequência da grande safra colhida a partir de março. Segundo as primeiras estimativas, a produção nacional de milho em 77, acrescida dos remanescentes da safra anterior (cerca de 600 mil t) permitia um excedente exportável de 2 milhões de t. Entretanto, a deprimida conjuntura dos preços internacionais este ano - em resposta a três anos consecutivos de colheita favorável nos EUA - tornava gravosas as nossas exportações. O poder de competição do produto brasileiro fica ainda mais aviltado quando consideramos os gravames que incidem sobre a comercialização do milho. Em termos médios, considerando apenas as lavouras organizadas em bases comerciais, o custo de produção do milho no Brasil, dentro da fazenda, é competitivo com o produto norte-americano. Entretanto, no trajeto da fazenda aos portos de embarque, os custos de transporte, somados às despesas portuárias e à carga tributária (ICM, PIS, FUNRURAL), além de outras despesas e desperdícios, elevam em cerca de 50% o custo da t produzida, enquanto nos EUA este incremento é somente da ordem de 18%. Assim,apesar do elevado excedente de safra, o Brasil só conseguiu realmente ativar a colocação do seu produto no mercado mundial depois que o governo concedeu um subsídio de 20% às exportações do cereal, a partir de meados deste ano.

Uma limitação infraestrutural também contribuiu para a fraqueza dos preços internos: o déficit de armazenagem a granel em todo o país e de sacaria nas regiões Nordeste e Centro-Oeste assumiu contornos dramáticos este ano, quando as quantidades produzidas de milho e soja foram recordes, a safra de arroz também foi elevada e se esperava grande colheita de trigo, principalmente no Paraná. A insuficiente disponibilidade de armazéns forçava os produtores a venderem rapidamente, tornando escasso seu poder de barganha frente à intermediação especulativa.

A partir de setembro, entretanto, os preços internos do milho começaram a reagir em consequência da maior demanda exercida pelas indústrias de rações. Na verdade, depois de anunciados os preços mínimos para esta próxima safra, de modo geral decepcionantes para os produtores, a reação dos preços de mercado às vésperas do plantio (que se iniciou em setembro) era um fator de estímulo à manutenção ou mesmo à ampliação da lavoura do milho no país, apesar das condições adversas do mercado no início do ano e da frustração de expectativas em relação ao preço mínimo.

A elevação dos preços internos do milho foi sendo transferida para as indústrias de rações, e destas para os avicultores e suinocultores, resultando em pressão altista sobre os preços da carne de pequenos animais. Rigorosas no controle da inflação, nossas autoridades econômicas estavam atentas à evolução dos preços do milho, principalmente porque o chamado "cereal rei" participa em 5% no Índice de Preços por Atacado e o objetivo governamental de fechar o ano impondo um teto sobre a inflação não permite maiores conciliações com os interesses dos produtores. Neste sentido, o governo decidiu, ao início do plantio da nova safra de milho, acionar seus estoques em poder da Comissão de Financiamento da Produção, colocando o produto no mercado a preços iguais ao mínimo estabelecido. O resultado imediato foi a queda nos preços de mercado do produto, certamente afetando as intenções de plantio dos produtores que apenas iniciavam a semeadura. Um claro indicador neste sentido é a queda de 17% nas vendas de sementes de milho híbrido no estado de São Paulo até o final de outubro, em comparação com o mesmo período do ano passado. A curto prazo, é certo que a medida proporcionará dividendos à política de contenção inflacionária. A médio prazo, todavia, é muito provável que o resultado desta política resulte em desestímulo ao produtor e em redução da área plantada, comprometendo, de certa forma, o abastecimento interno.

Passemos agora a examinar, mais detidamente,

a distribuição da oferta interna de milho, em particular focalizando a indústria de rações e seu impacto sobre os preços da matéria-prima. Com base em informações do Sindicato das Indústrias de Rações do Estado de São Paulo, a safra brasileira de milho do ano agrícola 1976/77, considerando que a colheita em todo o país tenha sido de 17 milhões de t, teve a seguinte distribuição: do total produzido, 1 milhão de t foram produzidas e consumidas na região Nordeste do país. Das restantes 16 milhões de t, 58% foram consumidas dentro da própria unidade de produção, indicando a elevada participação do auto-consumo na distribuição do volume total produzido. Assim, restam 6,72 milhões de t, das quais 4,4 milhões de t são destinadas à indústria de rações e o restante distribuído aos moinhos de fubá, indústrias de óleos vegetais, reserva para sementes, reserva de "carry-over" e exportação. A se confirmarem estes dados, as primeiras previsões de super-safra este ano não se efetivarão, o que pode ser justificativa para a elevação dos preços a partir de setembro último.

A indústria de rações teve um desenvolvimento surpreendente nos últimos anos, acompanhando o progresso da avicultura e suinocultura do país. De uma produção de 2,7 milhões de t em 1971, a quantidade produzida de rações em 1976 alcançou 8 milhões de t, revelando um incremento anual médio da ordem de 24%. No mesmo período, a produção nacional de milho crescia em apenas 3,3 % ao ano, o que confirma a pressão de demanda comercial sobre a disponibilidade interna do cereal. O decréscimo implícito do auto-consumo não deve ter sido suficiente, acarretando o crescimento real nos preços do milho desde 1970. O consumo de milho pelas indústrias de rações evoluiu de 1,7 milhão de t em 1971, para 4,4 milhões de t em 1977, traduzindo um crescimento médio de 17% ao ano no período.

Uma vez que as práticas de criação de gado em confinamento ainda são escassamente difundidas no Brasil, o consumo de rações pela bovinocultura é bastante reduzido em comparação

com os países europeus ou os EUA. Assim, o principal cliente da indústria de rações no país é a avicultura, que absorve 80% da produção de rações.

O rápido progresso da avicultura industrial no Brasil realça certos problemas que envolvem o fluxo "MILHO E FARELOS - RAÇÕES - AVES" e merecem maior atenção dos órgãos governamentais ocupados com esses setores. A partir de 1973, com a grande elevação dos preços internacionais do trigo, milho e soja, os preços internos dos dois últimos foram influenciados pela alta no mercado mundial, forçando o governo a intervir, notadamente no caso do farelo de soja, para resguardar os interesses dos avicultores. Entretanto, a política governamental, nesses casos, tem se caracterizado por acionar medidas de efeitos a curto prazo, intervindo diretamente na comercialização dos produtos através de tabelamentos, quotas, confiscos etc. A magnitude dos problemas envolvidos, contudo, está a exigir medidas de efeitos duradouros - investimentos de longo prazo - enfim, uma política orientada no sentido de atacar a natureza daqueles problemas.

Sob o ponto de vista de uma política que pretenda solucionar definitivamente as distorções que amiúde perturbam o funcionamento do fluxo "MILHO - RAÇÕES - AVICULTURA", necessariamente ter-se-á que levar em consideração o planejamento de uma política de estoques reguladores de grãos e de rações, que, simultaneamente garanta uma estabilização da renda dos produtores agrícolas em um nível remunerador e atenda às crescentes necessidades daqueles produtos na atividade avícola do país.

Evidentemente, qualquer iniciativa no sentido de um planejamento de estocagem reguladora de matéria-prima para rações, pressupõe inicialmente investimentos de porte na construção de armazéns, assim como uma redistribuição mais eficiente da capacidade de armazenagem do país, o que viria a minimizar os custos de transporte que tanto oneram a comercialização dos produtos agropecuários no Bra

·sil. Em relação à armazenagem a granel, a situação do país é extremamente grave, pois o déficit de armazenagem é da ordem de 63%, sendo que só na região Centro-Sul, onde se concentra a produção brasileira de grãos, o déficit de armazenagem a granel é de 65%. No caso de sacarias, embora em termos nacionais a capacidade armazenadora seja superior à demanda pela armazenagem, as regiões Nordeste e Centro-Oeste são deficitárias em 43%.

Observa-se, assim, que a agricultura brasileira padece de crônicas distorções, frequentemente resultando em inesperadas e violentas variações de preços, que prejudicam os produtores e comprometem as metas de estabilização perseguidas pela política econômico-financeira. Embora tenhamos destacado apenas a precariedade dás atuais condições de armazenagem dos produtos agrícolas, é amplamente reconhecido que o elenco de distorções envolve outros protagonistas, dentre os quais pode-se enumerar: condições de transporte, pesquisa fitogenética, elevada carga tributária, mão-de-obra desqualificada etc.

Parece fora de dúvida que estes problemas devem ser enfrentados com um planejamento de longo prazo, e não com medidas de efeito conjuntural, associadas às metas anuais de combate à inflação.

A formulação de um programa de estocagem de grãos que garanta o pleno atendimento das indústrias de rações e da avicultura, assim como preços estáveis e remuneradores aos produtores agrícolas é tanto mais justificável quando se considera os prognósticos do mercado mundial de cereais a partir do próximo ano. Apesar dos baixos níveis dos preços internacionais do milho e do trigo nos últimos três anos, é possível que a tendência baixista se reverta, pois o plantio de trigo nos EUA para a próxima safra deverá ser reduzido em 20%, segundo a política de redução da produção recentemente estabelecida pelo governo norte-americano. No caso do milho, transparece a intenção de se reduzir o plantio em 10% para a próxima

safra dos EUA. Ao mesmo tempo, são cada vez mais frequentes os rumores de quebra na safra de cereais da União Soviética este ano. As últimas estimativas divulgadas pelo Departamento de Agricultura dos EUA revelam que a produção soviética de cereais poderá não alcançar 205 milhões de t, em comparação com as primeiras estimativas, que davam conta de uma produção de 225 milhões de t, e bem menor que a produção recorde do ano passado (223 milhões de t). Com uma quebra desta magnitude, a URSS certamente se verá obrigada a aumentar suas importações, forçando a elevação dos preços internacionais.

Portanto, se o mercado mundial de grãos ingressar numa trajetória de preços em ascenção, à semelhança do que ocorreu no início da presente década, os preços internos seguramente tenderão a capturar parte da elevação externa, pressionando os índices de inflação. Neste sentido vale novamente ressaltar a importância de um programa de estocagem reguladora de grãos, naturalmente o mecanismo mais racional de se enfrentar bruscas variações nos preços dos produtos agrícolas.

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** CAFÉ

A política de valorização dos preços do café, adotada pelo Brasil já há 5 meses, sofrerá sério revés caso se confirmem as informações anunciadas na la. quinzena de novembro, de alguns negócios promovidos pelo IBC, a preços inferiores ao nível mínimo estabelecido (3,20 dólares por libra-peso).

Claro está que o sucesso da referida política decorre da capacidade do Brasil de aglutinar em torno de sí os demais produtores, pois é limitado o nosso prazo de renúncia à receita cambial proveniente do café. Os frutos de tal esforço começaram a se materializar no decorrer dos dois últimos meses, através de uma série de reuniões de produtores, que culminaram com a decisão, por parte dos produtores centro-americanos, de também se afastarem do mercado. Houve, também, uma modificação da posição colombiana (2º maior exportador), que há alguns meses era frontalmente contrária à brasileira. As modificações recentemente impostas pela Bolsa de Nova York às normas de comercialização, comprovam o relativo sucesso alcançado.

Deste esforço de aglutinação em torno de um objetivo comum e, na medida em que algum sucesso é conquistado, decorre, ainda que marginal e involuntariamente, alguma contribuição à melhoria do atual quadro do mercado internacional, já que contribui e demonstra a viabilidade dos países subdesenvolvidos enfrentarem seus problemas conjuntamente, naquele mercado.

Por outro lado, as características de não essencialidade do produto, a forte dependência política e econômica a que estão submetidos os produtores em relação aos consumidores desenvolvidos, entre outros fatores, não permitiriam a formação de uma

"OPEP do Café". O que se pode e se deseja atingir limitar-se-á a uma melhor organização da produção e comercialização do produto, resultando em menores oscilações da oferta mundial e, consequentemente, dos preços.

A posição brasileira,que vem recebendo gradativamente a adesão dos demais produtores, resultou na mesma forma de reação que historicamente limita o sucesso desse tipo de política. Por outro lado, a "necessidade" de se chegar ao fim do corrente ano com o balanço comercial superavitário, determinou nosso retorno ao mercado, sob a forma dos chamados "contratos especiais". O caminho adotado, pelo caráter sigiloso de que foi revestido, tem a desvantagem de excluir das negociações os pequenos e médios exportadores brasileiros. Deve-se, ainda, notar que tal medida repercutirá fortemente, em relação à continuidade da política de elevação de preços, na medida em que influenciará a disposição dos demais produtores a levá-la a cabo.

Resta analisar se os ganhos provenientes do singular retorno às negociações compensam os custos de quase um semestre de investimento na referida política; e mais, seus efeitos sobre o atual nível de preços e, principalmente, em relação à continuidade ou retomada futura de uma política conjunta de valorização dos preços do café.

*** CARNE BOVINA

Setores governamentais, em coordenação com os frigoríficos, decidiram-se pela importação de certa quantidade de carne bovina de procedência argentina ou uruguaia objetivando, com esta medida, a normalização do abastecimento interno e a contenção dos preços da carne.

Esta operação foi facilitada por duas Resolu-

ções: a 443, do BACEN, que liberou o produto do depósito prévio de importação e a 3.048, do Conselho de Política Aduaneira, que isentou do Imposto de Importação 50 mil t de carne (3% da produção nacional).

Dois fatores dificultam a concretização desta operação. O primeiro é a ascenção dos preços da carne nos mercados citados e o segundo diz respeito à impossibilidade desses países em atenderem ao pedido brasileiro na quantidade e no prazo necessários. Os frigoríficos, contudo, já passaram à ofensiva na compra de carne e anunciaram a aquisição de 30 mil t de dianteiros de procedência uruguaia para entrega até 31 de dezembro e uma posterior complementação até 31 de janeiro.

O confronto do preço do produto importado com o preço interno explica a efetivação das compras externas, apesar dos problemas aventados. A carne é adquirida no país de origem a Cr$.. 225,00/arroba. A este preço, acrescente-se o custo do transporte rodoviário no trecho Uruguai-Rio/S.Paulo (aproximadamente Cr$ 30,00/arroba). Se também fossem computados os 25% do Imposto de Importação e o custo do dinheiro retido pelo depósito prévio, a carne adquirida a Cr$ 225,00/arroba chegaria no país a aproximadamente Cr$... 400,00/arroba. A isenção do Imposto de Importação e do depósito prévio reduz este preço a Cr$ 255,00, inferior aos pagos pela arroba no mercado interno (Cr$ 270,00 mais 8% de impostos, perfazendo Cr$ ... 291,60) possibilitando uma operação vantajosa para os frigoríficos. Outra vantagem, ainda, embora mais "invisível", seria o benefício da sobrevalorização cambial que, como se sabe, favorece as importações.

Os preços tendem rapidamente à estabilização com a entrada de nova safra; as importações podem, inclusive, aguçar pressões baixistas, em termos de preços reais, logo no início de 1978. Assim, a capitalização do setor pecuário, nesta entressafra, tem sido mais aparente do que real. Embora a arroba tenha se valo-

rizado, o ponto de partida é extremamente baixo se comparado aos preços do período 71-74. Como os abates estiveram suspensos, poucos desfrutaram da vantagem da valorização. A falta de liquidez do setor, agravada pela parcimônia dos créditos à pecuária fatalmente contribuirá para grandes ofertas de boi na próxima safra e, logo, preços naturalmente controlados.

*** FERTILIZANTES

Com a provável modificação - instituição de contingenciamento - a ser introduzida pelo Conselho de Política Aduaneira (CPA), para a importação de rochas fosfáticas, reduzem-se as esperanças do produtor brasileiro de vir a pagar o fertilizante a nível de preços internacionais, conforme preconiza o Ministro da Agricultura.

A entrada da ARAFERTIL, no mercado interno, em 1978, deverá aumentar para mais de 50% a participação das rochas fosfáticas de origem doméstica na produção de fertilizantes fosfatados. Acontece que, pela diferença geológica das jazidas brasileiras em relação às concorrentes internacionais, o custo de produção atual do concentrado de rocha fosfática produzido pela ARAFERTIL é bem mais elevado do que o do produto importado.

Obviamente, não se deve abandonar um certo grau de proteção às indústrias nascentes diante de competidores dispostos ao "dumping", o que implicaria no incremento da mortalidade empresarial. A presente ofensiva do Marrocos para conquista e ampliação de mercado com a oferta de rochas fosfáticas a preço aviltado, demonstra bem o caráter acirrado da guerra econômica no plano internacional. Por outro lado, a experiência é negativa quando nos aponta os vícios criados pela proteção continuada e duradoura. Além disso, pergunta-se sobre quem deva arcar com os custos mais elevados da

produção nacional: os agricultores ou os contribuintes?

Aqui, abre-se uma discussão sobre a necessidade de se reduzirem os custos das indústrias de fertilizantes no país, pela maior racionalização no plano espacial das unidades processadoras, de modo que haja minimização do custo de transporte da matéria-prima, pela maior integração vertical das empresas (exploração das jazidas, concentração de matéria-prima, solubilização dos fosfatos, produção do fertilizante complexo). Além disso, a criação dos polos industriais em Araxá, Patos de Minas e Catalão seria medida extremamente racional pelo impulso gerador de riquezas para essa região central do país e, indiretamente, pela descontração de outras áreas já demasiadamente saturadas em termos industriais.

Assim, malgrado toda essa problemática, no pano de fundo do setor, subsiste e ressoa a figura da competitividade - procuradora tácita do agricultor - a exigir sua presença sob forma de mais racionalidade ao programa de auto-suficiência, previsto para o início da década de 80.

*** SOJA

Inesperadamente, os preços do complexo soja praticados na Bolsa de Chicago retomaram uma escalada desconhecida no mercado há alguns meses. Uma ocorrência aparentemente desprovida de coerência, diante da divulgação do novo cálculo do USDA para a super-safra norte-americana de soja: 45,8 milhões de t. A lógica interna deste processo, porém, já se manifestava quando, posteriormente ao forte recuo das cotações em meados do ano, a demanda mundial, alimentada pela expansão dos rebanhos suínos e da avicultura, propiciou uma relativa firmeza aos preços internacionais. Após um período de contenção das compras, na esperança de que os preços ainda poderiam baixar mais, iniciou-se a reposição dos estoques em alguns países. A volatilidade do mercado prosseguiu, através de

repercussões imediatas de notícias referentes à safra dos EUA, à frustração parcial da colheita de grãos da URSS e à iminente entrada da República Popular da China como grande importadora.

Estes fatores, componentes da demanda, articularam-se de maneira a recriar uma conjuntura altista fundamentada na materialização das compras chinesas e na divulgação pelo próprio governo soviético de que a safra da URSS situar-se-á em 194 milhões de t, mais de 20 milhões de t abaixo do inicialmente previsto. Um indicador da iminência da entrada da URSS no mercado importador pode ser depreendido das operações de vendas que vêm sendo efetuadas pelo país no mercado de ouro, o que sugere preparativos para aumentar sua liquidez, e, com isso enfrentar, inclusive, uma possível eliminação do déficit agrícola.

Os movimentos do mercado da soja no mês de outubro apresentaram números expressivos da reativação da demanda, também motivado pela aproximação do inverno no hemisfério setentrional, pois o esmagamento de soja nos EUA aumentou 48% sobre o mês anterior, ao mesmo tempo em que os estoques de óleo daquele país caíam em 5%, situando-se em cerca de 36% do volume verificado em outubro de 1976. No caso da farelo de soja, os estoques norte-americanos declinaram para 66% do nível de outubro do ano passado. Simultaneamente, as exportações norte-americanas de grão atingiram no começo de novembro números inéditos.

A produção brasileira não se beneficiará significativamente da melhoria dos preços, mesmo porque, como medida acauteladora, o governo suspendeu as exportações de farelo e de óleo.

No entanto, mesmo com a produção recorde esperada pelos norte-americanos e com as expectativas de ampliação da oferta mundial de oleaginosas para 1978, a próxima safra brasileira não deverá encontrar um mercado deprimido, visto que os planos de estímu

lo à produção de carne em diversos países implicarão, necessariamente, em maiores aquisições de farelo.

Já como garantia de colocação do produto brasileiro na próxima estação, teremos assinado, nas próximas semanas, um acordo comercial de longo prazo com a China, que demonstra interesse pela soja brasileira, e poderá colocá-la na pauta de negociações, em troca de produtos químicos e outros insumos necessários à manutenção da taxa de expansão da economia brasileira.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

Acompanhando os avanços tecnológicos desenvolvidos na avicultura e, num segundo plano, na criação de suínos, a difusão do uso de rações balanceadas determinou o rápido crescimento de sua produção no Brasil que, no período 1965/76 elevou-se de 1,4 para 8,0 milhões de toneladas.

No primeiro semestre deste ano, a produção de rações e concentrados protéicos, já representava 57% do total produzido em 76, com um melhor desempenho relativo da parcela destinada à suinocultura, dados os melhores resultados econômicos que essa atividade vem atravessando, ao recuperar-se de recente período de descapitalização.

A avicultura paulista experimentou grande desenvolvimento a partir da década de 60, através de tecnificação obtida com incremento na utilização de linhagens específicas, técnicas de arraçoamento e manejo, e equipamentos adequados. Atualmente, os índices de produtividade da avicultura de São Paulo, mostram-se comparáveis aos obtidos pelos avicultores norte-americanos e europeus.

Ao contrário do Brasil, onde a avicultura verticalizada concentra-se somente em Santa Catarina, nos EUA a estrutura de produção engaja-se sobremaneira num sistema de integração vertical, que responde por 99% da produção de frangos e 80% da produção de perus e ovos. Grande parte dessas empresas possuem moinhos (cerca de 3/4 das que exploram frangos), sendo que poucas dedicam-se à produção de grãos, embora preveja-se crescimentos desses números nos próximos anos, em consequência da esperada ampliação da capacidade de estocagem de matéria-prima para rações naquele país.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(19): 23-29, nov. 1977

Ao envolver a maioria das fases do processo produtivo, o sistema de integração concorre para a eliminação de possíveis estrangulamentos, possibilitando maiores rendimentos por unidade dos fatores e, por conseguinte, reduzindo os custos médios de produção.

Os gráficos seguintes espelham, comparativamente, a evolução dos preços relativos ovo/ração, frango/ração e porco/milho, no estado de São Paulo e nos EUA. A importância desses índices resulta da participação significativa do ítem alimentação no custo total, proporcionando, por conseguinte, uma medida da economicidade da exploração animal em estudo. Ressalte-se que, tais relações são elementos auxiliares de análise, não fornecendo, contudo, indicações conclusivas sobre a rentabilidade dessas explorações.

A sazonalidade da produção de ovos, que aumenta em função da maior eficiência das poedeiras quando principiam os meses de maiores temperaturas e fotoperíodo, reflete-se na relação de preços ovo/ração, cujos valores máximos concentram-se em junho-julho em São Paulo e dezembro-janeiro nos EUA, períodos de menor oferta do produto.

Os preços médios de rações para poedeiras, praticados no período 72-76, e deflacionados para março de 77 denotam pouco diferencial entre São Paulo (Cr$ 2,28/kg) e os EUA (Cr$ 2,18/kg). Embora também não se constatem diferenças significativas na participação da alimentação animal no custo de produção de ovos em ambos os países (oscilando entre 64-68%), observa-se, graficamente, a posição mais elevada do preço relativo norte-americano, vis-à-vis o preço nacional. Os preços relativos ovo/ração nos EUA situam-se quase sempre num nível mais alto do que aquele registrado para São Paulo, com uma amplitude de variação menor em termos percentuais. Quanto mais livre for o mercado, mais facilmente um aumento (ou diminuição) do preço da ração se refletirá no preço do ovo, implicando num câmbio, na mesma direção, tanto do numerador quanto do denominador do preço

relativo, diminuindo a variação deste último. Assim, se o preço do ovo,por exemplo, estiver tabelado, mas o preço da ração for livre,o gráfico tenderá a apresentar baixas bruscas e mais acentuadas do preço relativo, como parece ser o caso de São Paulo no Gráfico 19.B.

Os preços (em termos reais) de frangos recebidos pelos produtores paulistas no período 1970-76, foram superiores em 125% aos vigentes nos EUA na mesma época considerada. Por outro lado, os preços das rações consumidas no período 1972-76, deflacionados para março de 77, foram de Cr$ 2,51/kg em São Paulo e Cr$ 2,42 /kg nos EUA. Da mesma maneira, a participação da alimentação no custo final da produção de frangos nas duas regiões não apresenta grande diferença: oscila em torno de 70%.

Os preços relativos frango/ração nos EUA situam se num nível inferior aos de São Paulo, em função de menores preços recebidos pelos produtores norte-americanos, que dispõem de um sistema de produção mais eficiente. Ressalte-se, porém, que a avicultura de corte mantêm estreita relação, em termos de preços, com a pecuária bovina. Assim, no Brasil, ao iniciar-se o período de escassez de carne bovina em 1970-73, a relação de preços frango/ração denotou grandes incrementos, atingindo índices máximos no início de 74, para então entrar em fase declinante, acompanhando a queda nos preços reais da carne bovina. A partir de novembro de 75 até o 1º semestre de 77, os preços de frango em São Paulo, experimentaram queda em seu valor real da ordem de 33%, enquanto os preços das rações diminuíram cerca de 4,5%, configurando assim, uma compressão das margens de lucro a partir de meados de 76 e durante toda a primeira metade do presente ano.

A evolução dos preços relativos porco/milho não acompanha perfeitamente o comportamento dos preços da pecuária bovina. No Brasil, particularmente no estado de São Paulo, observa-se que os preços crescentes de preços porco/milho coincidem com os períodos da entressafra de milho, enquanto os valores mais baixos da-

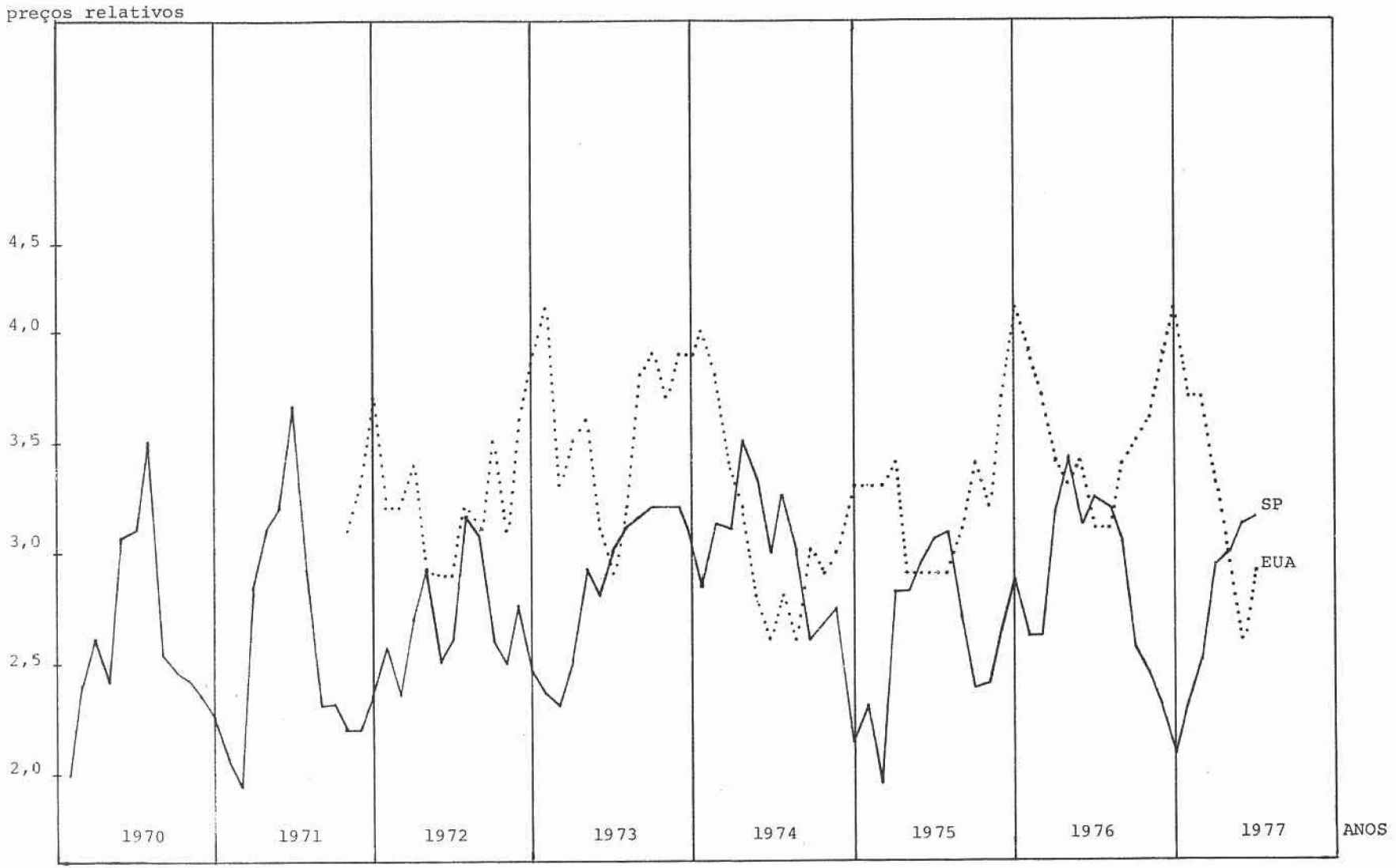
quela relação estão associados aos meses da safra de milho.(Ver Gráfico 19.D).

Durante os anos de 1975 e 1976, a suinocultura experimentou severa crise de descapitalização, que levou a excessivo abate de matrizes, consolidando preços ascendentes do produto final durante todo o ano de 1977.

Nos EUA, é flagrante o achatamento das margens de lucro dos suinocultores a partir do início de 1973 até meados de 1974. Neste período, como se sabe, os preços dos cereais no mercado mundial conheciam uma conjuntura de alta sem precedentes, onerando os custos da atividade pecuária de modo geral. Ao mesmo tempo, foi um período de grande desova do rebanho bovino norte-americano,o que contribuiu para enfraquecer os preços em todos os mercados de carnes. A partir de 1975, com sucessivas colheitas recordes de milho nos EUA, a relação de preços porco/milho inicia uma trajetória de recuperação, acompanhando o aviltamento dos preços do milho naquele país.

GRÁFICO 19.B

PREÇOS RELATIVOS OVO/RAÇÃO NOS EUA E NO ESTADO DE SÃO PAULO 1970-JUN 77 1/



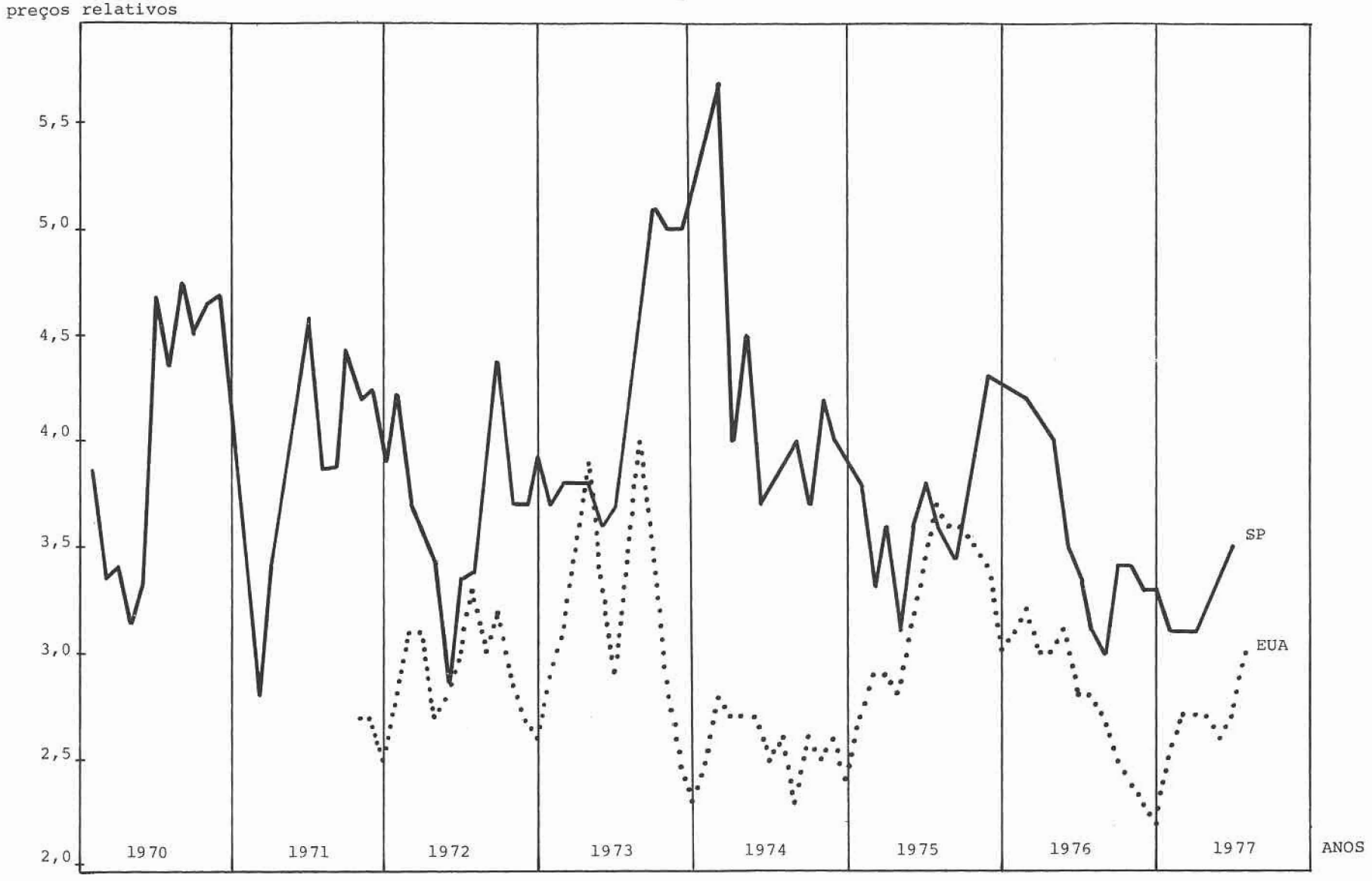
1/ Os dados dos EUA anteriores a out. 71 não foram disponíveis.

Fonte: FEED SITUATION, POULTRY AND EGG SITUATION E IEA/SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

GRÁFICO 19.C

PREÇOS RELATIVOS FRANGO/RAÇÃO NOS EUA E NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1970-JUN 77 1/



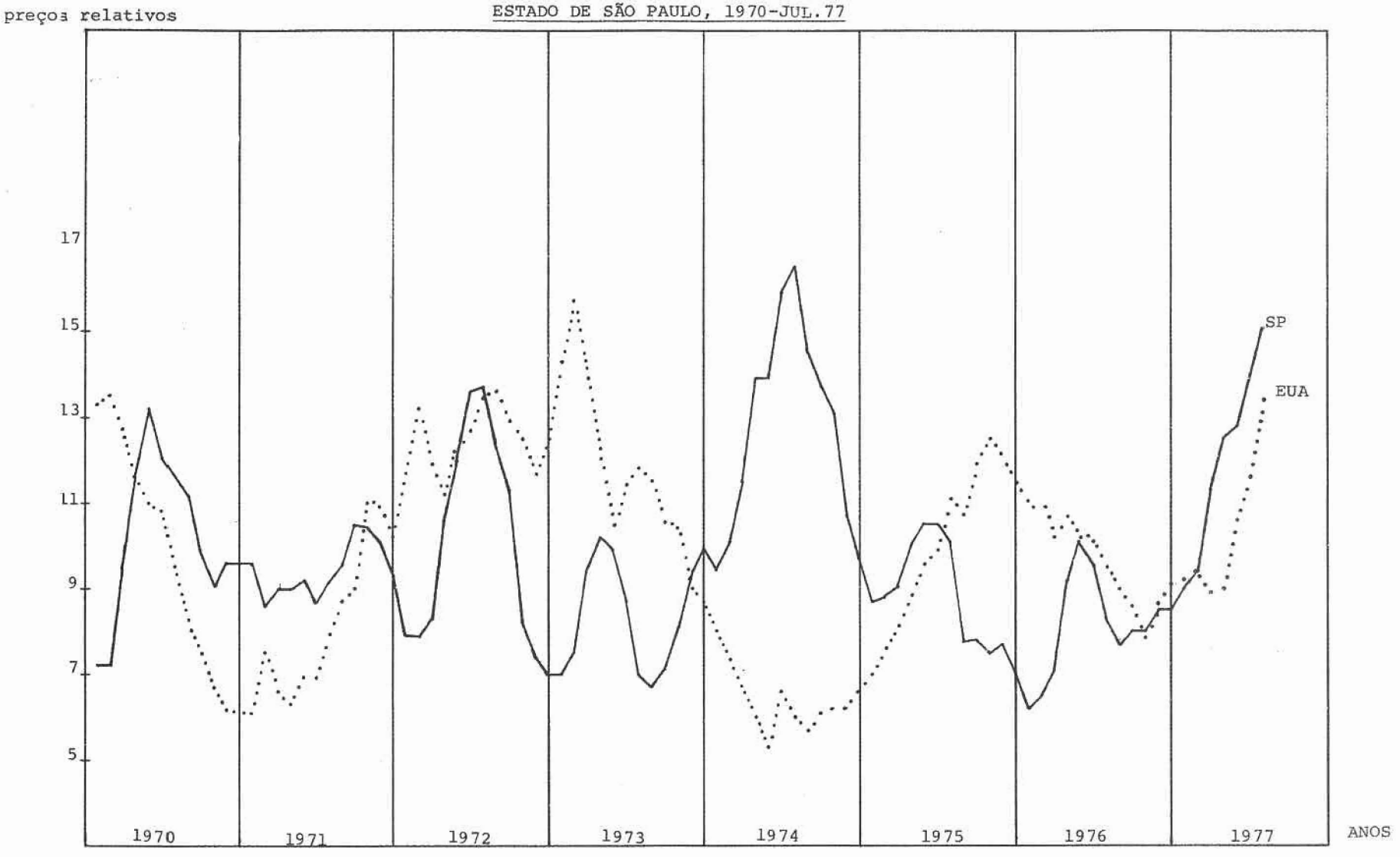
1/ Os dados dos EUA anteriores a out-71 não foram disponíveis

Fonte: FEED SITUATION, POULTRY AND EGG SITUATION E IEA/SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

GRÁFICO 19.D

PREÇOS RELATIVOS PORCO/MILHO NOS EUA E NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1970-JUL.77



Fonte: LIVESTOCK AND MEAT STATISTICS, LIVESTOCK AND MEAT SITUATION E IEA/SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA